

HABEAS CORPUS Nº 520.347 - RS (2019/0198447-8)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : LARISSA FRANCINE GONZALEZ VECCHIO
ADVOGADO : LARISSA FRANCINE GONZALEZ - RS065376
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CLEBER CORREA RODRIGUES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de CLEBER CORREA RODRIGUES, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente teve sua prisão preventiva decretada pela prática, em tese, do delito de organização criminosa, tipificado no art. 2º, **caput** e § 2º da Lei n. 12.850/2013.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da prisão preventiva. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS . ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MANUTENÇÃO. As circunstâncias do caso concreto demonstram a probabilidade de o paciente, sendo solto, voltar a traficar, o que fundamenta a segregação excepcional na garantia de ordem pública. PREVALÊNCIA DO DIREITO PÚBLICO SOBRE O DIREITO INDIVIDUAL. A necessidade de resguardar a segurança coletiva se sobrepõe à presunção de inocência e ao devido processo legal, que não são violados pela prisão preventiva. PREDICADOS PESSOAIS. INSUFICIÊNCIA PARA ENSEJAR SOLTURA. ORDEM DENEGADA. POR MAIORIA." (fl. 1.136).

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os

argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação de sua segregação cautelar, reforçando que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida pela presidência às fls. 1.158-1.159 e as informações foram prestadas às fls. 1.194-1.201.

O Ministério Público Federal, às fls. 1.215-1.221, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, ou pela denegação da ordem, em parecer ementado nos seguintes termos:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CONHECIMENTO. DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DO PACIENTE. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA À PRÁTICA DOS DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS E DE ARMAS DE FOGO. INDÍCIOS DE AUTORIA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. RECORRENTE QUE SERIA O ELO ENTRE OS LÍDERES DA FACÇÃO CRIMINOSA DENOMINADA OS BALA NA CARA'. PERICULOSIDADE. CONDENAÇÃO CRIMINAL PRETÉRITA. RISCO EFETIVO DE REITERAÇÃO DELITUOSA. RECORRENTE FORAGIDO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. REQUISITOS DOS ARTS. 312 E 313 DO CPP. MEDIDAS ALTERNATIVAS (ART. 319 DO CPP) NÃO RECOMENDADAS NO CASO EM CONCRETO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO.

1. O habeas corpus não é instrumento adequado a servir de sucedâneo de recurso, como nos casos em que é impetrado contra acórdão que denega outro writ ajuizado no Tribunal de origem, para o qual há previsão de interposição de recurso ordinário (art. 105, II, a, CF).

2. A ausência de exame pelo Tribunal a quo da falta de individualização da conduta do paciente na denúncia inviabiliza a apreciação do pleito pelo Superior Tribunal de Justiça, por implicar supressão de instância.

3. A prisão preventiva deve ser decretada em casos excepcionais, nas hipóteses em que, evidenciada a materialidade

e existentes indícios suficientes de autoria delitiva, estejam preenchidos os requisitos dos arts. 312 e 313, CPP.

4. Por não exigir juízo de certeza, indícios resultantes de extensa investigação, decorrente de interceptação telefônica, são suficientes para configurar o fumus comissi delicti e decretar a prisão preventiva.

5. É inviável, em sede mandamental, o exame aprofundado de detalhes do contexto probatório, pois o writ, com seu rito célere e de cognição sumária, não é compatível com tal análise de fundo. A incursão no conjunto de fatos e provas deve ser feita na instrução processual, via apropriada a esse debate.

6. A garantia da ordem pública é fundamento idôneo à prisão preventiva. Não é recomendável a substituição por medidas alternativas quando houver elementos reveladores da gravidade concreta do delito e da periculosidade do agente, que se encontra até o momento foragido, ostenta condenação criminal pretérita, e seria o suposto elo entre os líderes da facção criminosa conhecida como “Os Bala na Cara”, tudo a indicar a probabilidade de reiteração delituosa.

7. Parecer pelo não conhecimento do habeas corpus; se conhecido, pela denegação da ordem.” (fls. 1.215-1.216)

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para a proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Desta forma, **incabível o presente mandamus, porquanto substitutivo de recurso ordinário.**

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o art. 932, III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3º do Código de Processo Penal, estabelece como incumbência do Relator *"não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*

Na mesma linha, o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, em seu art. 34, inciso XVIII, alínea **a**, dispõe que **o relator pode decidir monocraticamente** para *"não conhecer do recurso ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele que não tiver impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida"*.

Pretende o impetrante, **em síntese**, a revogação da prisão preventiva, em razão de suposta ausência de fundamentação do decreto prisional.

Sobre o tema, cumpre ressaltar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (**v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJe de 18/10/2012).

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta eg. Corte: HC n. 449.354/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 28/06/2018; HC n. 423.503/SP, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 14/03/2018; RHC n. 82.459/CE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 22/09/2017; AgRg no HC n. 382.353/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 04/04/2017.

Tal advertência, contudo, não se aplica ao caso em exame. Transcrevo, para delimitar **a quaestio**, o seguinte excerto do decreto prisional primevo, **in verbis**:

"Da Representação Por Prisões preventivas:

O decreto da prisão preventiva exige a observância do Princípio da Legalidade, traduzido em dois requisitos: fumus delicti (prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria) e periculum libertatis (hipótese de risco à persecução penal previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal).

In casu, a autoridade policial deflagrou investigação para apurar o crime de organização criminosa para o tráfico de drogas e armas de fogo.

Durante as investigações foi possível evidenciar, através de escutas telefônicas e quebra de sigilo telefônico, o envolvimento dos representados como membros ativos e importantes do grupo criminoso denominado 'Os Bala na Cara'. Tais elementos encontram-se juntados aos autos e, em um primeiro juízo, são suficientes para evidenciar o fumus delicti.

Quanto ao periculum libertatis, as provas carreadas aos autos até o presente momento indiciam a existência de grupo criminoso voltado à prática de tráfico de drogas, os quais se utilizam de armas de fogo para amedrontar a população, além de meios violentos para garantir o êxito na execução de suas atividades, com objetivo de manter a impunidade.

Nota-se que as investigações indicam que Gustavo da Silva Deporte seria o líder da organização criminosa, em que pese, esteja, atualmente, recolhido ao sistema prisional.

[...]

Cleber Correa Rodrigues tem ficha criminal por tráfico, receptação e roubo, bem como seria o elo de ligação entre Gustavo e Luís Fernando.

[...]

Justifico, outrossim, o decreto das preventivas em detrimento das temporárias, por estarem presentes os requisitos legais, revelando-se necessária a segregação cautelar para evitar a reiteração delitivas dos envolvidos, garantindo o restabelecimento da ordem pública na sociedade, observada toda rede de crimes que envolve o tráfico de drogas, cujo conhecimento se faz notório, dispensando maiores digressões a respeito.

Dessa forma, estando presentes os requisitos legais autorizadores, com fulcro no artigo 312, CPP, DECRETO as prisões preventivas para fins de garantia da ordem pública, prevenindo a reiteração delitiva de:

[...]

9. Cléber Corrêa Rodrigues" (fls. 328-331, grifei).

Por oportuno, transcrevo também o seguinte excerto do v. acórdão objurgado:

"O habeas corpus não é via adequada para análise aprofundada da prova, bastando, para avaliar a legalidade da prisão preventiva, a verificação de seus pressupostos, que se traduzem nos suficientes indícios da ocorrência do crime e de sua autoria.

No caso, tais pressupostos estão presentes e residem em extensa investigação policial, inclusive com realização de escutas telefônicas e quebra de sigilo telefônico (autorizados judicialmente), conforme consta no relatório de investigação, no decreto preventivo e na denúncia. Isso, no momento, é suficiente para indicar a prática dos delitos em questão, não se mostrando o habeas corpus a via adequada para o aprofundamento do exame relativo à matéria probatória.

Outrossim, a prisão realmente se mostra necessária para a garantia da ordem pública, conforme bem constou no decreto preventivo [...].

Como se vê, o fato em tela não trata de uma prisão ocorrida durante abordagem de rotina; deriva de cuidadosa investigação policial, em que restaram evidenciados indícios que fizeram o Ministério Público concluir que o ora paciente seria o encarregado do tráfico de drogas no bairro Costa e Silva em Porto Alegre, além de ser o braço direito de Luis Fernando da Silva Soares Junior, apontado como sendo o fundador e líder da facção 'Bala na Cara', além de ser, supostamente, o elo de ligação entre este e demais traficantes para a consumação de delitos vinculados ao tráfico de drogas, conforme consta na denúncia juntada às fls. 26/27.

Destaco, ademais, que a investigação iniciou-se em 2017, mas prolongou-se até a data da decretação da prisão, em fevereiro de 2019, pois se tratando de cometimento, em tese, de crime de organização criminosa, sua natureza é permanente, cuja consumação se prolonga no tempo, enquanto durar a associação criminosa, além de ser crime formal, não se exigindo para a consumação o efetivo cometimento dos delitos almejados.

No ponto, como já dito, os elementos da investigação demonstram que o paciente e comparsas organizavam-se de forma esquematizada e sistemática, sem que se possa falar em falta de 'recentidade', uma vez que a prática delitiva sub judice, ao que tudo indica, em tese vinha sendo praticada há tempo suficiente para fazer configurar o tipo penal, inclusive prolongando-se no tempo.

Aliado a isso, vê-se que o paciente é multirreincidente pela prática de receptação, adulteração de sinal identificador de veículo automotor;

em outro processo foi definitivamente condenado por furto qualificado tentado e receptação; em outro feito foi condenado também de forma definitiva por porte ilegal de uso restrito e receptação; e, ainda, por falsificação de documento público. No mais, consta em sua certidão de antecedentes, um registro por suposta prática de tráfico de drogas e participação em organização criminosa, cujo inquérito policial se encontra, atualmente, com o Ministério Público – tudo a indicar maior envolvimento no universo do crime.

Assim, tenho que as circunstâncias do concreto, que refogem à gravidade inerente ao tipo penal em abstrato, justificam o receio de que o paciente não seja um iniciante no universo da traficância, tampouco traficante eventual, de modo que sendo solto, e encontrando os mesmos estímulos que o levaram à referida prática ilícita, desta não vá se afastar" (fls. 1.138-1.141, grifei).

Da análise dos excertos transcritos, observa-se que a segregação cautelar do paciente está devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos**, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para **garantia da ordem pública**, seja em razão de **o paciente ter sido apontado como "o encarregado do tráfico de drogas no bairro Costa e Silva em Porto Alegre, além de ser o braço direito" dos líderes da organização criminosa voltada ao tráfico de drogas "além de ser, supostamente, o elo de ligação entre este e demais traficantes para a consumação de delitos vinculados ao tráfico de drogas"**, devendo-se ressaltar, ainda, que os agentes **faziam uso "de armas de fogo, além de meios violentos para garantir o êxito na execução de suas atividades"** conforme consignado pelas instâncias ordinárias; seja pelo **fundado receio de reiteração delitiva**, haja vista o fato de o recorrente ser **"multirreincidente pela prática de receptação, adulteração de sinal identificador de veículo automotor; em outro processo foi definitivamente condenado por furto qualificado tentado e receptação; em outro feito foi condenado também de forma definitiva por porte ilegal de uso restrito e receptação; e, ainda, por falsificação de documento público. No mais, consta em sua certidão de antecedentes, um registro por suposta prática de tráfico de drogas e participação em organização criminosa"**, o que revela a probabilidade de repetição de condutas tidas por delituosas, sendo imperiosa a imposição da medida extrema.

Acerca do tema, cito os seguintes precedentes desta eg. Corte Superior:

"HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. ROUBO MAJORADO TENTADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. QUESTÃO NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO. PRISÃO PREVENTIVA. RÉU QUE RESPONDE A OUTRA AÇÃO PENAL. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

[...]

5. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada por dados de sua vida pregressa, notadamente por responder a outra ação penal. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para conter a reiteração na prática de crimes e garantir a ordem pública.

6. Nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, embora não possam exasperar a pena-base (Súmula 444/STJ), constituem indicativos de risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública.

7. Condições subjetivas favoráveis ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação. Precedentes.

8. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 394.477/TO, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 31/5/2017, grifei).

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, POSSE E GUARDA DE INSTRUMENTOS DESTINADOS À PREPARAÇÃO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO.

PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA. RECOMENDADA CELERIDADE NA TRAMITAÇÃO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (*periculum libertatis*), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. O Juízo singular apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial a garantia da ordem pública, ante o risco de reiteração delitiva do acusado (que responde a outros processos criminais pela suposta prática de furto, homicídio e tráfico de drogas). Há, portanto, elementos hábeis a justificar a segregação cautelar.

3. Por idênticas razões, as medidas cautelares diversas da prisão não constituem instrumentos eficazes para obstar a reiteração da conduta delitiva.

[...]

6. Ordem denegada, com recomendação ao Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú - CE de que imprima celeridade na tramitação da Ação Penal n. 0001308-13.2016.8.06.0117" (HC n. 372.748/CE, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 24/5/2017, grifei).

Destaque-se, ainda, no **punctum saliens**, que, embora a defesa tenha alegado que o ora paciente foi absolvido em algumas das ações penais citadas no v. acórdão objurgado, é certo que o paciente foi "*condenado após por uso de documento falso, eis que para no uso de seu direito de autodefesa e com preventiva decretada pela 5ª Vara Criminal para poder sustentar a família fez uso de documento falso.*" como admitido pela própria defesa à fl. 6, circunstância suficiente para que seja mantida a segregação cautelar do paciente, consoante a jurisprudência desta Corte superior:

"HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. FURTO QUALIFICADO. PACIENTE QUE RESPONDE A DUAS OUTRAS AÇÕES PENAIS POR CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. FUNDADO RECEIO DE

REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO À ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

2. Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e dos princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

3. Na hipótese, o decreto prisional registrou que o Paciente, ora processado por furto qualificado, responde a duas outras ações penais por crimes contra o patrimônio (roubo circunstanciado e receptação).

4. O Superior Tribunal de Justiça entende que inqueritos ou ações penais em curso, a despeito de não justificarem piora na situação do réu no momento da dosimetria da pena (Súmula n.º 444/STJ), são idôneos para informar juízo de cautelaridade acerca da necessidade e adequação da prisão preventiva, haja vista indicarem fundado receio de reiteração criminosa e, por conseguinte, risco concreto à ordem pública (art. 312 do Código de Processo Penal).

5. Ordem denegada" (HC n. 466.990/GO, Sexta Turma, Relª. Minª. Laurita Vaz, DJe de 04/02/2019, grifei).

Ainda, conforme a jurisprudência do col. Pretório Excelso, também enquadra-se no conceito de **garantia da ordem pública** a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de **organização criminosa**, no

intuito de impedir a reiteração delitiva. Colaciono, oportunamente, o seguinte julgado do col. Supremo Tribunal Federal sobre o tema:

"HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CAUTELAR IDÔNEA PARA A PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM INDEFERIDA.

1. Devem ser desconsiderados quaisquer fundamentos que não tenham sido expressamente mencionados no decreto de prisão preventiva, pois, na linha da jurisprudência deste Supremo Tribunal, a idoneidade formal e substancial da motivação das decisões judiciais há de ser aferida segundo o que nela haja posto o juiz da causa, não sendo dado "ao Tribunal do habeas corpus, que a impugne, suprir-lhe as faltas ou complementá-la" (Habeas Corpus ns. 90.064, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 22.6.2007; 79.248, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 12.11.1999; 76.370, Rel. Ministro Octavio Gallotti, DJ 30.04.98).

2. A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva.

3. Ordem denegada" (HC 95.024/SP, Primeira Turma, Rel^a. Min^a. **Cármem Lúcia**, DJe 20/2/2009, grifei).

No mesmo sentido, os seguintes precedentes desta eg. Corte:

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. FILHOS COM IDADE INFERIOR A 12 ANOS. IMPRESCINDIBILIDADE DOS CUIDADOS DA PACIENTE. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Não há se falar em constrangimento ilegal quando a segregação do paciente encontra-se devidamente justificada com base no art. 312 do Código de Processo Penal, diante da necessidade de acautelamento, especialmente, da ordem pública, haja vista as circunstâncias em que ocorridos os fatos criminosos.

3. **Caso em que a paciente supostamente integra complexa organização criminosa articulada na dinâmica do comércio e importação de cocaína da Bolívia (e armas de fogo), além de vertente financeira por onde seguia o contrafluxo do pagamento efetuado pelos compradores da droga, ostentando função de destaque condizente com o recebimento de valores, além de se responsabilizar por outras ações.**

4. Com advento da Lei n. 13.257/2016, permitiu-se ao Juiz a substituição da prisão cautelar pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência e a mulher possui filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, consoante dispõe o art. 318 da citada Lei federal. A previsão insculpida na lei reformadora do art. 318 do Código de Processo Penal, entretanto, não é de caráter puramente objetivo e automático, cabendo ao Magistrado avaliar a adequação da medida à clausulada.

5. No caso, havendo informação de que os filhos menores estão amparados por familiar, no caso, a avó paterna, e considerando que a necessidade da manutenção da custódia sobrepõe-se a exigência da concessão da benesse, não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida por este Superior Tribunal.

6. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema.

7. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 411.830/RO, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 01/02/2018).

Não se pode olvidar, ainda, que **o recorrente está foragido, não tendo sequer sido citado da ação penal até o presente momento, sem qualquer informação acerca de eventual prisão**, o que também justifica a indispensabilidade da medida extrema para **assegurar a aplicação da lei penal**, consoante o excerto supra, além das informações prestadas pelo d. juízo condutor:

"O paciente Cleber Corrêa Rodrigues teve sua prisão decretada em 07/02/2019, nos autos da medida cautelar de busca e apreensão n^o 001/2.19.0042976-2 (originário n^o 039/2.18.0005009-2), nas fls. 135/138.

[...]

No que diz tom a situação processual, informo que:

-foram citados e apresentaram resposta à acusação: Gustavo da Silva Delaporte, Douglas Machado Pinheiro, Vanda Elisabete da Silva Rodrigues, William Silva

Maciel e Wesley da Rosa Deporte;

-foram citados, estando pendente a apresentação de resposta à acusação: Luís Fernando da Silva Soares Júnior, Marcelo Deporte Brites e Diego Merlini;

- em relação aos denunciados Rodrigo de Lima e Eunice Beatriz da Silva Somavilla, o MP requereu a citação por edital, sendo postergada para após a tentativa em relação aos réus ainda não citados;

-tendo retornado negativo o mandado expedido para a citação de Cleber, foi determinada vista ao MP, o qual noticiou que um dos mandados anteriormente expedidos ainda não retornou;" (fls. 1.199-1.200, grifei).

Nesse contexto, a Jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que **a devida caracterização da fuga do distrito da culpa enseja motivo suficiente a embasar a manutenção da constrição cautelar decretada.**

Acerca da **quaestio**, colaciono os seguintes julgados dessa Corte Superior:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RÉU FORAGIDO. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, aptos a demonstrar a indispensabilidade da prisão para assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que o agente não foi

encontrado para ser citado.

III - "Comprovado que o réu teve a vontade livre de se furtar aos chamamentos judiciais, resta configurada, pelas circunstâncias do caso concreto, o pressuposto de cautelaridade da garantia de aplicação da lei penal" (RHC n. 67.404/DF, Sexta Turma, Rel^a. Min^a. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 7/4/2016, DJe de 19/4/2016).

IV - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao recorrente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese Recurso ordinário desprovido" (RHC n. 95.082/AL, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 21/03/2018, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. REITERAÇÃO DELITIVA E CONDIÇÃO DE FORAGIDO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. COMPROVAÇÃO DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. VEDAÇÃO. DENÚNCIA OFERTADA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

1. O habeas corpus encontra limites inerentes à sua natureza mandamental e urgente, para atingir o seu escopo precípua de afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir. Por tal razão, acerca da autoria delitiva, além de exigir prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória, não admite imersão vertical NAS provas carreadas nos autos que tramitam nas instâncias de origem e que, por conseguinte, ainda serão por elas examinadas com a reclamada profundidade.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

3. Na espécie, a custódia imposta está lastreada na necessidade de resguardar-se eventual aplicação da lei penal, tendo em vista que o paciente, além de ostentar evidente periculosidade, em razão do modus operandi e da reiteração delitiva, estava ciente de que contra ele havia inquérito instaurado para a apuração dos fatos, mudou de endereço sem comunicar às

autoridades, e, até o momento, não há notícia de que haja sido localizado, de forma a indicar o risco concreto à aplicação da lei penal.

4. Não há excesso de prazo, uma vez que, apesar de ofertada a denúncia, a mencionada demora na formação da culpa deve ser atribuída ao próprio paciente, que, por estar foragido, ainda não foi encontrado para receber eventual citação e, dessa forma, permitir o início da fase instrutória.

5. *Recurso ordinário não provido*" (RHC n. 88.898/SC, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 04/12/2017).

Deve-se ressaltar, ainda, que, **in casu**, não há hipótese de aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem, ainda que de ofício.

Ante todo o exposto, com fulcro no art. 34, incisos XVIII, alínea a, e XX, do RISTJ, não conheço do presente **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator